

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME LOPES LATINI

**REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS GESTÕES PETISTAS À FRENTE DO
GOVERNO FEDERAL: UM BALANÇO NECESSÁRIO**

MATINHOS

2017

GUILHERME LOPES LATINI

**REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS GESTÕES PETISTAS À FRENTE DO
GOVERNO FEDERAL: UM BALANÇO NECESSÁRIO**

Artigo apresentado como requisito à conclusão do curso de pós-graduação em Questão Social numa Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Mediador: Marcos Aurelio Zanlorenzi

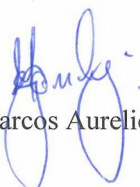
MATINHOS

2017

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo orientador Prof Dr Marcos Aurelio Zanlorenzi, realizaram em 15 de dezembro de 2017 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante Guilherme Lopes Latini sob o título “Refletindo sobre a experiência das gestões petistas à frente do governo federal: um balanço necessário.”, sendo requisito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito “APL”.

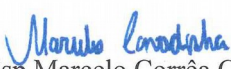
Matinhos, 15 de dezembro de 2017



Prof Dr Marcos Aurelio Zanlorenzi



Prof Dr Eduardo Harder



Prof Esp Marcelo Corrêa Cavadinha
Barbosa



Guilherme Lopes Latini

Conceitos de aprovação
APL – Aprendizagem Plena
AS – Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS – Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI – Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

Caso o(a) Estudante seja orientado(a) a reformular seu trabalho, deve-se registrar no verso os requisitos apontados pela Banca para o aceite final do trabalho.

RESUMO

Por meio do presente artigo pretendo contribuir reflexivamente sobre o processo político recente no Brasil, pois vivemos um momento de bastante apreensão por conta do contexto regressivo em que o país se encontra nessa quadra histórica e pensar os erros, limites, acertos e possibilidades das gestões dos governos petistas evidencia-se de suma importância para a construção estratégica de superação da situação política atual.

Palavras-chave: “Lulismo”. Formação Sócio-Histórica do Brasil. Trajetória de Vida.

ABSTRACT

With this article, I intend to contribute by reflecting on the recent political process in Brazil, for we have been living in a moment of extreme disturbance, due to the regressive context in which the country finds itself in throughout this historical period. Reflecting on the errors, limitations, winnings and possibilities of the governmental administrations of PT (working party) becomes of the utmost importance to a strategic construction for overcoming the current political situation.

Keywords: “Lulism”; Socio-Historical Formation of Brazil; Life Trajectory.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: O PASSADO À SOMBRA DO PRE-SENTE	6
3 A FASE DO LULISMO: “COMENDO PELAS BEIRADAS”	9
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Pensar o processo histórico no seu entrecruzamento entre passado, presente e futuro. Pensar sem luvas nas mãos. Pensar e fazer. Melhor escrever “pensar-fazer”. Refletir para melhor intervir. Não são processos estanques. Pensar o país. Querer construir um país melhor, em que a riqueza socialmente construída possa ser repartida de forma justa. Construir nossa democracia. Pensar as possibilidades de mudanças, de rupturas aprendendo com as lições do passado. Conjuguar a denúncia com os anúncios do porvir que será construído com braços dados para se encontrar respostas, saídas e entradas...

É com este espírito que busco empreender este trabalho, no qual analisarei a experiência do Partido dos Trabalhadores nos quase 14 anos em que estive à frente do governo federal. Pensar seus erros e acertos. A pretensão é de uma análise sintética e breve, visto que pela falta de tempo deixei diversas outras dimensões desse processo de lado. Para isso, irei mais longe no passado para entender melhor os condicionantes e determinantes do nosso processo histórico. Se queremos mudar o presente e construir o futuro precisamos aprender com o passado. Mudança, ruptura e vontade popular são as palavras que norteiam a minha busca do entendimento do nosso sentido histórico.

Ainda mais quando olhamos o tempo presente no Brasil...

Creio que o estudo em tela condiz com o foco do curso de especialização Questão Social numa Perspectiva Interdisciplinar, do Setor Litoral da UFPR, pois, joga luz num processo que veio a desembocar no cenário que temos hoje no país, no qual se reforça e aprofunda uma política econômica monetarista, se busca imprimir um receituário ultraliberal, marcado pelo ajuste fiscal draconiano – o “austericídio” -, encampando privatizações, reafirmando políticas sociais pobres para os pobres, marcada pelo prisma da focalização e da seletividade, implementando contrarreformas avessas ao interesse popular com consequências bastante nefastas para a vida nacional e, portanto, trazendo fortes ressonâncias nas expressões objetivas da questão social.

O que foi feito antes disso para chegarmos a esse ponto? O que disto que temos agora já foi “plantado” antes e/ou de muito antes? O que nas gestões de executivo federal de antes foi melhor do que a gestão atual? Perguntas...

Mister afirmar que o produto reflexivo expressado neste TCC é fruto do compromisso da comunidade acadêmica do Setor Litoral, no qual todos os cursos de pós-graduação são gratuitos. Penso não ser pouca coisa essa afirmação, pois a gratuidade do

ensino da universidade pública é fortemente questionada neste momento, incluindo a graduação.

Avalio importante jogar luz sobre esse processo a fim de fundamentar-me para a atuação nos espaços públicos, guiado pela construção de uma sociedade que considero justa¹.

Desse modo, significativo é abordar um pouco da minha trajetória, como se deu (e se dá) o meu processo de construção, engajado nessa perspectiva de intervenção analítica e militante.

Venho de uma experiência ativista muito representativa em minha vida, que aconteceu dos anos 2006 a 2010, no município de Niterói-RJ, cidade na qual me criei. Eu cursava História na Universidade Federal Fluminense e conheci algumas pessoas que estavam ocupando um espaço do campi universitário reivindicando moradia estudantil². Desde lá, a dimensão política, da preocupação com a intervenção na sociedade se faz presente em mim.

Já enquanto discente do curso de Serviço Social, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, dos anos 2010 a 2015, por questões particulares, não desenvolvi uma militância orgânica, isto é, construindo organização e mobilização de uma base social. Porém, sempre que possível busquei contribuir.

No ano de 2016 assumo um cargo público, através de concurso, na mesma instituição em que me formei e na carreira profissional para a qual tinha estudado: Técnico-Administrativo em Educação/Assistente Social. E, nesse mesmo ano, ingressei no sindicato da categoria como militante de base.

Particpei ativamente da greve que diversas entidades de classe do funcionalismo público empreenderam contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 que congelou os gastos primários do governo federal (com previsão de duração para 20 anos), naquele mesmo ano.

Em 2017 fui eleito pela categoria dos técnicos do Setor Litoral para ser delegado de base³ e, enquanto escrevo este TCC, uma nova greve da Fasubra⁴ se manifesta, lutando contra

1 □ A concepção de sociedade justa em que me referencio é uma sociedade que possa repartir de forma justa, solidária e equitativa os frutos do trabalho coletivo. Uma sociedade em que a cidadania seja respeitada e potencializada no direcionamento dos rumos a serem tomados. Em que o Estado possa promover um amplo bem estar social a seus cidadãos e cidadãs...

2 □Aquele grupo acampado era formado por universitários e secundaristas que estavam militando no interior da universidade reivindicando alojamento estudantil patrocinado pela UFF, além de outras medidas para a manutenção no espaço escolar dos estudantes que tinham dificuldades socioeconômicas para continuarem estudando. (LATINI, 2015, p. 15).

3 □O delegado de base busca contribuir na mediação entre a base do sindicato e a direção sindical. Serve como instrumento de mobilização da base bem como no controle social dos rumos do sindicato.

4 □FASUBRA é a sigla da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil. O sindicato que representa a minha categoria, o Sinditest, está vinculado

diversas medidas regressivas no campo dos direitos dos trabalhadores imprimidas pelo governo Temer e avalizadas pelo Congresso Nacional.

É com o intuito de compreensão do processo político recente para aprender com as falhas e com fatores positivos para melhor intervir nos espaços públicos e atuar na defesa de uma sociedade com justiça social, que construo o presente trabalho. Bem como foi com esse sentido que busquei imprimir, durante o percurso acadêmico no referido curso de especialização, a construção de discussão crítica e fomento da intervenção política⁵.

Assim, estruturei este Trabalho de Conclusão de Curso em dois tópicos, com as consequentes considerações finais: no primeiro versarei breve e sinteticamente sobre a formação social e histórica do Brasil, compreendendo o processo dialético de mudanças e continuidades; num segundo momento reflexiono sobre a experiência do “lulismo” à frente da gestão do governo federal, percebendo os avanços e os limites desse período.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: O PASSADO À SOMBRA DO PRESENTE

O Estado brasileiro tem uma tradição democrática com bastante sobressaltos, marcado pela presença constante do arbítrio, gerado pela afirmação de um Estado forte e autoritário em antagonismo a uma sociedade civil fragilizada.

Em grande parte, as mudanças políticas que ocorreram foram pelo alto, decididas pelas frações das classes dominantes imprimindo, assim, um elevado grau de continuidades com o *status quo*. Podemos ilustrar tal observação com o acontecimento pós Independência no qual, o filho do rei de Portugal foi nomeado imperador brasileiro. Enquanto em todo restante da América Latina a ruptura colonial fez emergir, com participação popular, repúblicas, aqui no país adotamos, sem nenhum grau de inserção dos setores subalternizados, o regime monarquista. Fomos um dos últimos países a abolir o escravismo e, quando os negros não eram mais açoitados pelo instrumento jurídico da escravidão, não os incluímos –

àquela federação. A greve dos TAE's da UFPR começou no dia 10/11/2017 e tem como pautas de reivindicação a anulação da Emenda Constitucional 95/16 (que congela investimentos públicos primários por 20 anos), a não aprovação da Reforma da Previdência, a anulação da Reforma Trabalhista e a não aprovação pelo legislativo da Medida Provisória 805/17 que impõe algumas medidas aos servidores federais, como por exemplo, o congelamento de salários (para algumas categorias) e o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

⁵ Lembro da importante decisão dos estudantes da pós em suspender as atividades acadêmicas e construir aulas públicas para se inserirem no contexto mobilizatório da ocupação da universidade pelo movimento estudantil do Setor Litoral da UFPR, no ano de 2016.

herança por meio da qual até hoje sentimos as consequências. Nossa proclamação da república foi um golpe de Estado, sem o ingrediente popular etc.

Esses exemplos mostram um traço característico de nosso processo sócio-histórico: a mudança marcada de cima para baixo, em que o velho já fazia agonizar o novo que nascia.

Essa presença muito forte do Estado brasileiro, orquestrado pelas elites, no direcionamento sociopolítico da vida nacional, teve um elemento detonador muito significativo que foi o fato de que o país “conheceu um Estado unificado antes de se tornar efetivamente uma nação” (Coutinho, 2008, p. 110). A nação brasileira foi erguida não a partir das massas populares, mas sim, tendo como protagonista central o Estado. Essa situação teve perversos desdobramentos no nosso desenvolvimento.

Coutinho aponta, usando a terminologia de Florestan Fernandes, que o Estado moderno brasileiro foi, em grande parte de sua trajetória, uma “autocracia burguesa”, em que tivemos

[...] desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões nacionais. (COUTINHO, 2008, p. 111).

Apesar do aumento do processo de industrialização, na República Velha o predomínio foi do modelo agroexportador, oligárquico e rural da economia e da política no Brasil. Os movimentos dos trabalhadores no embate com o capital não eram alvo de estratégias políticas pelo Estado, mas sim respondidos por forte repressão, tratados como casos de polícia.

Mesmo com a Revolução de 1930, cujo sentido foi de uma mudança histórica substantiva, pois alijou do poder a fração de classe dominante assentada nas oligarquias cafeicultoras, colocando a centralidade do Estado num projeto urbano e industrial e rompendo com a hegemonia do modelo agroexportador, teve traços de continuidades.

Getúlio Vargas compôs um arco de alianças para pavimentar a construção do desenvolvimento possível, balizado em elementos que constrangeram o processo: a aristocracia agrária impôs que os avanços sociais e trabalhistas fossem somente adstritos para determinados segmentos dos trabalhadores urbanos, relegando os trabalhadores rurais à exploração aviltante assentada no domínio tradicional da terra. Os movimentos dos trabalhadores da indústria foram induzidos ao atrelamento ao Estado. Dessa maneira, nos

tornamos um país moderno, em que se consolidou a passagem definitiva do Brasil para o capitalismo, sem excluir o passado.

Quando as forças populares encamparam uma proposta de aprofundamento da democracia na sociedade brasileira através da defesa de reformas estruturais, as Reformas de Base defendida por João Goulart, o Golpe Civil-Militar, em 1964, impôs uma grande derrota àquelas forças. Viveríamos cerca de 21 anos de arbítrio e autoritarismo. E, assim, se aprofunda a relação até então posta entre o Estado e a sociedade civil.

A primeira metade da década de 1980 foi palco de importantes mobilizações e lutas das classes trabalhadoras, que fazia ressurgir o movimento de massas no país, defendendo a pauta da redemocratização. Contudo, Gomes (1997) aborda que a “chamada transição do regime militar se completa sem mudar nada quanto à composição do poder. Além da estabilidade política, garante, também, a estabilidade econômica para a classe dominante [...]” (GOMES, 1997, p. 39).

Os representantes civis e militares do *establishment* conseguiram impor uma transição lenta, gradual e segura. Tanto que “o primeiro presidente civil após o ciclo militar iniciado em 1964 foi o ex-presidente da Arena, isto é, do partido de sustentação da ditadura militar” (COUTINHO, 2008, P. 110).

A Constituição de 1988, através da mobilização popular, incorporou uma série de direitos civis e sociais. Tanto que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, e almejou um embrião da formação de um Estado de bem-estar social num país da periferia do mundo. Embora, muitos ainda critiquem, com razão, o fato dos constituintes não terem firmado no seu texto a criminalização e justiça em relação às atrocidades e crimes praticados pelo regime militar, dentre outras lacunas.

Na década seguinte, as eleições de presidentes afeitos a uma agenda liberal foi na contramão daquele processo. Vimos a introdução no Brasil de medidas que já tinham sido postas nos países centrais do mundo. O discurso da via econômica ortodoxa como única alternativa vinha alardeada como crítica do Estado engessado, perdulário e ineficiente, cujo remédio consistia em diminuí-lo, ocultando, dessa maneira, não uma redução do Estado em si, mas uma redução no seu escopo de atuação nas áreas sociais, maximizando seu influxo de recursos para o âmbito privado. Os resultados dessas políticas se expressaram no aumento da desigualdade social e no reforço da concentração da renda e riqueza na mão de um pequeno grupo.

Se com Fernando Collor a agenda neoliberal encontrou dificuldades por conta do problema inflacionário e o endividamento externo que impunha a premência em suas resoluções, já com Fernando Henrique Cardoso, após a estabilização monetária gerada pelo Plano Real e o encaminhamento da dívida externa, pode implementar sem amarras a agenda ditada pelo *establishment* político e econômico (PAULANI, 2016, p. 70-71).

A consequência das drásticas implementações de privatizações, liberalização do comércio, intensificação da abertura financeira, política monetária rígida, juros altíssimos, flexibilização dos direitos trabalhistas, cortes de gastos públicos etc, foi o gerador da insatisfação de grande parte da população e que serviu de substrato para a ascensão do Partido dos Trabalhadores no cargo máximo da República brasileira.

3 A FASE DO LULISMO: “COMENDO PELAS BEIRADAS”⁶

Nos quase 14 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do executivo federal um fenômeno inédito aconteceu na vida nacional: um partido emergido das classes populares pela primeira vez na história do Brasil ascende ao cargo máximo da República Federativa Brasileira. Um partido que nasceu e se consolidou com um forte discurso mudancista, em que seus atores propugnavam a necessidade de ruptura com o passado para construir as bases de um desenvolvimento assentado na integração social de setores que nunca foram incluídos. Corte este que nunca se observou no país, cuja tradição autoritária fincava laços com o arcaico, com continuidades, com os interesses das elites.

Porém, antes de chegar ao poder, durante a disputa eleitoral de 2002, com a *Carta ao Povo Brasileiro*, lançada em 22 de julho daquele ano, documento este construído com a finalidade de acalmar o mercado e afirmar a submissão do país aos acordos questionáveis até então firmados e da política econômica estabelecida, uma inflexão importante aconteceu na trajetória do PT, no qual

o documento de fato revela uma declarada mudança na perspectiva política e econômica do PT. Mais do que acalmar os mercados, evidenciava uma abertura para tratar a questão econômica sob um novo prisma, respeitando não só os contratos e as chamadas obrigações assinadas pelo país, mas principalmente sinalizando que

⁶ O conceito de “lulismo” bem como a expressão “comendo pelas beiradas” em referência àquele conceito é tributário do professor André Singer, cujo pensamento em muito me valiu para construir a reflexão sobre esse processo sociopolítico do país.

seriam os ditames neoliberais que norteariam a política macroeconômica do futuro governo. (VALENTE, 2017, p.60).

A radicalização política e o consequente confronto com o capital foram abandonados. Do partido que almejava colocar no centro da política brasileira a luta de classes passou-se para o partido que atendia a demanda dos pobres ao mesmo tempo que buscava se assentar no empresariado. Assim, transcorreu-se

a transformação do PT de um partido operário e popular reformista, com um programa ambicioso de implantação de um estado de bem-estar social no Brasil, como fora o programa da Frente Brasil Popular na eleição presidencial de 1989, num partido representante da grande burguesia interna e baseado num programa neodesenvolvimentista [...]. (BOITO JR, 2017, p. 30).

Leda Paulani (2016) aponta, contudo, que os governos petistas não alteraram as bases macroeconômicas que se alicerçavam no tripé superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante. Assim, a economista salienta que não ocorreram alterações das bases econômicas do governo anterior de FHC. A ideia da ortodoxia econômica, em maior ou menor grau, sempre esteve presente nos governos do PT (PAULANI, 2017), combinando uma agenda liberal ao mesmo tempo que inclinava-se de forma pontual com medidas neodesenvolvimentista e com políticas sociais de alto impacto.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, com a eleição de Lula em 2002, não mudou substantivamente essa agenda neoliberal. Em seu início, os parâmetros macroeconômicos vigentes foram inclusive aprofundados (elevação ainda maior da taxa de juros, que chegou aos 26,5% ao ano; enorme arrocho monetário, com corte de cerca de 10% nos meios de pagamento da economia; adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida pelo FMI). (PAULANI, 2016, p. 71).

Para o núcleo político do governo Lula tratava-se da implementação de um recuo tático com o intuito de acumular forças para futuras alterações da política econômica, Contudo, “o recuo tático implicou a consolidação de uma institucionalidade que condensava objetivos estratégicos do capital financeiro e lhe conferia significativo poder de veto diante de uma mudança desfavorável na luta ideológica e na correlação de forças.” (BASTOS, 2017, p. 78).

O “lulismo”, conceito criado pelo professor André Singer (2016), representou, dessa forma, diminuir a desigualdade social, sem confrontar a burguesia e sem politizar as

suas bases para a geração de processos mobilizatórios⁷. Grande parte dos movimentos sociais também foi atrelado à lógica governamental da linha de menor resistência, no qual

as opções feitas por não mexer nas estruturas e privilégios da Casa Grande e, na mesma linha, compor uma aliança com as forças conservadoras para obter governabilidade parlamentar, reduziram os movimentos a forças auxiliares do processo. Não houve aposta na mobilização social para governar. Ao contrário, ter a capacidade de apaziguá-la era um dos atrativos do novo consenso para os donos do Brasil. (BOULOS; SIMÕES, 2017, p. 72).

Esse processo, em certo sentido, deu certo – mas cujos limites não sustentariam *ad eternum* tal equação -, contrariando todos os prognósticos, tanto à esquerda quanto à direita. Desenvolveu, em certa medida, um grau de integração social a partir de diversas medidas.

Nesse percurso obteve-se aumento do salário mínimo acima de 70%; aumento da renda dos trabalhadores; diminuição considerável da taxa de desemprego do patamar de 12% para 4,5%⁸ - situação de pleno emprego -; extensão massiva do programa Bolsa-Família; expansão do crédito dentre diversas outras medidas e programas que reconfigurou de forma impactante o processo social brasileiro, marcado por acentuado nível de desigualdade. MARINGONI (2017, p. 41) aborda que “o resultado foi impressionante: cerca de 40 milhões de brasileiros suplantaram a linha da miséria absoluta”.

Todas as classes, de certa forma, ganharam. Ricos e pobres foram contemplados. Contudo, a hegemonia pertencia, segundo BOITO JR (2017, p. 27) “à grande burguesia interna brasileira representada no agronegócio, na construção pesada, na construção civil, na indústria naval, na indústria de transformação, no setor bancário e no setor comercial”. Nesse período registraram-se recordes de lucratividade dos setores empresariais e correlata disponibilidade do orçamento público.

Podemos abordar que no período que estamos classificando de “lulismo” ocorreu um pacto de classes, pois ao mesmo tempo em que a burguesia interna nacional ganhou maior influência nos rumos governamentais, minorando a margem de domínio dos interesses do grande capital internacional e da fração da burguesia interna a ele associada, também “o movimento operário e popular teve uma participação política importante na definição dos

7 □ Márcio Pochmann (2017) aponta que a falta de politização da camada de baixo da pirâmide social fez com que “trabalhadores beneficiados pelos programas sociais identificaram que as razões do sucesso são de ordem pessoal, familiar, ou mesmo vinculado à igreja e não à política propriamente dita”. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=XvOTOdVsVxI>. Acesso em: 20 out. 2017.

8 □ Embora o assalariamento formal apresentou um aumento considerável os empregos criados remuneravam pouco. BRAGA (2016, p. 58) aponta que, “em média, 94% do emprego criado pagavam até 1,5 salário mínimo. Já em ritmo de desaceleração, em 2014, cerca de 97,5% do emprego criado pagavam esse mesmo valor.”

rumos desse período” (BOITO JR, 2017, p. 28). Embora este não tenha a hegemonia conseguiu angariar ganhos e acumular forças.

Essa conjugação começou a ser obliterada quando sua base econômica de sustentação começou a ruir, isto é, quando a conjuntura mundial muito favorável da primeira década do século XXI desvaneceu-se. Neste período pré-crise

[...] a chegada ao mercado internacional de novos países importadores de produtos primários – China e Índia, em especial -, um aumento significativo da liquidez – e do crédito – internacional combinado com taxas de juros extremamente baixas possibilitou a entrada de grande volume de capital nos países do sul do mundo. (MARINGONI, 2017, p. 40)

Mas a crise mundial de 2008, que trouxe maior impacto em 2011 no Brasil, alterou de forma profunda o cenário de abundância com a baixa acentuada dos preços internacionais das *commodities*. O pacto policlassista rompeu-se quando o “cobertor ficou curto”. Podemos dizer que quando a situação chegou a um nível de tensão o empresariado industrial interno se deslocou, abandonou o governo Dilma e se realinhou com os outros setores da burguesia interna e internacional, apoiando o golpe parlamentar que vicejou de 2015 a 2016.

O professor André Singer (2016) aponta que a presidente Dilma Rousseff tentou enfrentar o capital financeiro, entre o período que vai de meados de 2011 até meados de 2012. E, em vez de adotar uma política de austeridade encampou uma proposta alicerçada na busca do desenvolvimento. Ele elenca cinco pontos que sintetizam o que ele chamou de ensaio desenvolvimentista, em que o governo:

1. mudou a direção do Banco Central, de um presidente que vinha do mercado financeiro (Henrique Meirelles) para um presidente que vinha do setor público (Alexandre Antônio Tombini);
2. reduziu fortemente os juros (ocorrendo uma redução de cerca de 12% para cerca de 7%), a partir de meados de 2011, em que o mercado não esperava, foi contra e resistiu;
3. enfrentou os bancos privados, pressionando-os para reduzirem o *spread*⁹;
4. mudou as regras da caderneta de poupança para que a queda dos juros pudesse prosseguir;
5. reduziu o valor do real (fevereiro de 2012) e impôs uma série de restrições ao capital especulativo para proteger a indústria brasileira.

Porém, como salienta o cientista político, quando da melhoria, a partir do direcionamento do executivo federal, das condições para o investimento do capital produtivo,

⁹ Sandroni (1994, p. 336) aponta que *spread* é a “taxa de risco cobrada no mercado financeiro (...)”.

este não atendeu as expectativas e obtivemos uma situação de quase estagnação da economia nacional.

Singer aponta que, a partir dessa situação, o governo Dilma começou a recuar: os juros começaram a subir; as restrições ao capital especulativo começaram a ser retiradas; promoveu-se o corte de gastos públicos.

O governo ficou isolado. O empresariado industrial se deslocou de uma proposta industrializante para o país e se aliou ao rentismo, ao mesmo tempo que a base social do governo se sentiu enganada pois na campanha das eleições de 2014 para a presidência da República, justamente Dilma apostou num discurso favorável ao investimento público em políticas sociais. Assim, o ajuste fiscal recaiu sobre os trabalhadores, quando

o governo deveria ter proposto um ajuste fiscal que pesasse sobre os setores do topo da pirâmide social (mercado financeiro, rentistas etc), que cortasse os privilégios nos três poderes e que acabasse com a concessão de benefícios e incentivos fiscais às elites econômicas. (FORNAZIERI, 2017, p. 55).

Juntamente a isto somou-se o fenômeno da operação Lava Jato¹⁰ que apontou para uma corrupção estrutural na gestão da Petrobrás e que envolvia pessoas ligadas ao governo e evidenciava uma relação espúria entre partidos políticos e empresas privadas para o financiamento de campanhas eleitorais. Porém, diversos analistas observam que a seletividade da operação Lava Jato foi um importante ingrediente para a pavimentação do golpe, pois “suas operações e vazamentos eram calculadas para reforçar sua oposição política e social” (BASTOS, 2017, p.87)

Contudo, mesmo com a partidarização¹¹ de membros da Polícia Federal, Judiciário e Ministério Público, todo o envolvimento de pessoas ligadas ao PT e do governo petista com esquemas de corrupção estrutural evidenciou o quanto o partido, propugnando a necessidade de governabilidade assentiu com a malversação, se imiscuindo no *modus operandi* da política dominante, cujas alianças políticas, acordos e conversão de posicionamentos apontavam na direção da manutenção de práticas fisiológicas com a elite política corrupta, encabeçado pela cúpula do PMDB, entre outros partidos, da política brasileira. Dessa forma,

10 □ A operação Lava Jato, em que o nome faz referência a esquema de lavagem de dinheiro, é uma força-tarefa composta por membros de Ministério Público, do Judiciário e da Polícia Federal e investiga, em seu processo inicial, o superfaturamento de contratos de empreiteiras com a Petrobrás em troca de propina para as campanhas eleitorais.

11 □ Os ataques maciços também partiram dos grandes meios de comunicação brasileiros.

ao tomar como pressuposto que a condição para exercer o governo seria a composição com partidos fisiológicos para obter maioria parlamentar, o PT perdeu a oportunidade histórica de transformar o sistema político. E as regras do jogo, nesse sistema, são claras: corrupção estrutural, troca de apoio por cargos em ministérios e estatais e o rebaixamento drástico de qualquer programa popular. Optar por conservá-lo significa jogar com as regras existentes. O preço, estamos vendo, foi alto. (BOULOS; SIMÕES, 2017, p. 73-74).

Somado a esse processo ocorreu a crise política resultante da divisão social e política no país após o resultado das eleições de 2014¹², e que desembocou no encaminhamento do impeachment de Dilma Rousseff. Arranjo este encabeçado pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha¹³, e o na época vice-presidente (hoje presidente) Michel Temer, juntamente com as cúpulas partidárias do PMDB, PSDB entre outros partidos com uma das finalidades de “estancar a sangria”¹⁴ e impor o programa derrotado nas urnas nas últimas eleições. Assim, a elite e a direita “partiram com tudo” para a destruição da gestão petista, aproveitando-se da sua fragilidade e dubiedade, e impor a agenda neoliberal, pois

em um momento de crise econômica, o governo Dilma, mesmo não enfrentando diretamente os interesses da elite, não era capaz de cumprir a agenda dessa classe social. Ataques mais duros aos direitos dos trabalhadores eram vislumbrados, como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e os cortes sociais de forma mais radical. O governo Dilma hesitava em cumprir essa agenda. Sinalizava sua concretização, mas sabia que se o fizesse ficaria ainda mais isolada. (VALENTE, 2017, p. 63).

O golpe, dessa forma, se sustentou (e se sustenta) a partir do aval de grande parte do Congresso Nacional baseado em práticas corruptas e fisiológicas e dos interesses do capital especulativo, nacional e internacional, e que trouxe, como consequência dessa trama dramática para o interesse popular, o desmantelamento dos fundamentos da Constituição Federal de 1988 e uma reconfiguração do país que reforça as iniquidades sociais, no qual os donos do poder político e econômico, a plutocracia nacional e internacional, aprofundam as perdas de direitos dos de baixo da pirâmide social.

12 □ Márcio Pochmann (2016) aborda que este fenômeno representou o esgotamento da Nova República, processo esse que perdurou por 30 anos, em que ocorreu um acordo pelo alto e que não impulsionou nenhuma reforma estrutural na sociedade brasileira, assentado, assim, em governos de conciliação de classes. Tal formação foi superada com a eleição de 2014, pois os derrotados (PSDB) não aceitaram o resultado das urnas e, desse modo, a respeitar a democracia.

13 □ Hoje preso e condenado em decorrência dos desdobramentos do operação Lava Jato.

14 □ Expressão utilizada pelo senador da República Romero Jucá num áudio gravado por Sérgio Machado, e que fazia referência a deter o avanço da Lava Jato. O conjunto de áudios gravados por Machado vieram a público em maio de 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Almejei com este artigo refletir sobre o processo político, econômico e social recente de nosso país, por meio do qual uma força política que nasceu fruto de diversos setores sociais, com um forte sentido popular chegou ao poder, através da vitória eleitoral para o executivo federal, no início dos anos 2000.

Para tanto, avaliei importante desenvolver um breve resgate da nossa formação sócio-histórica na qual um processo de ruptura protagonizado pelos setores populares nunca aconteceu. Mas sim, as mudanças ocorreram, em grande parte, pelo alto. Reforçando o perfil autoritário e conservador de nossa construção social. O Estado robusto em detrimento de uma sociedade civil amorfa. Esse traço de nossa história se alterou mas não passa incólume e, assim, condiciona e determina o tempo presente.

Creio, dessa forma, na explicação da nossa formação, encontrar uma chave analítica para se pensar as gestões petistas do governo federal.

O PT nasceu e se consolidou embrenhado no movimento popular. Tinha um claro sentido de ruptura com o *status quo* e aprofundamento da democratização da sociedade brasileira. Contudo, chegado ao poder optou por não confrontar os poderosos e abdicou de processos mobilizatórios amplos. Até se imiscuiu em práticas corruptas que sempre combateu. Mas, na complexidade do real as coisas não são tão simples, pois, ao mesmo tempo, ocorreram avanços nas suas gestões. E que precisam ser ponderadas para não se “jogar a criança fora junto com a água suja”.

Penso que todas as pessoas, organizações e movimentos comprometidos com “os de baixo” tem que refletir sobre esse período. Avaliar quais foram os erros, acertos, limites e possibilidades para melhor intervir no “hoje” e construir o “amanhã”.

Com a opção do Partido dos Trabalhadores pela composição pelo alto e adoção da linha de menor resistência com os poderosos e o esgotamento dessa via, quando da crise econômica, com os seus desdobramentos cataclísmicos, um ciclo histórico se fechou.

Um novo ciclo está por vir... As lições dessa fase são muitas...

A necessidade de encampar a luta por reformas amplas e profundas capazes de enfrentar condições estruturais da desigualdade social, política, econômica e cultural vivenciadas no Brasil fincado num processo de politização e conscientização das bases sociais são exigências para uma mudança qualitativa de nosso percurso enquanto nação.

Este papel não cabe somente ao PT, mas sim a todas as forças progressistas e populares.

E que o partido faça as autocríticas necessárias dos erros táticos e estratégicos.

Minha preocupação também, no estudo sobre o “lulismo”, é de construir um arsenal teórico, mesmo que embrionário, para se pensar e construir alternativas ao que está posto, em que forças políticas retrógradas impõe para grande parte da população a perda de direitos e, com isso o desespero e a descrença em nossas possibilidades de construção de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? – Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

BOITO JR, Armando. O legado dos governos do PT. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

BOULOS, Guilherme; SIMÕES, Guilherme. Outra governabilidade era possível – A relação contraditória com o movimento social. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: **Cleto, M.; Doria, K.; Jinkings, I. (Orgs). Por que gritamos golpe?** : para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente** : ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008

FORNAZIERI, Aldo. O projeto político e a liturgia dos erros. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

GOMES, José Menezes. **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

LATINI, Guilherme Lopes. **Conselhos municipais e sistema de garantia de direitos: articular redes e fortalecer o controle social.** Monografia (Graduação em Serviço Social) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.

MARINGONI, Gilberto. Ascensão e queda de uma utopia tropical. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.** São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

PAULANI, Leda. Uma ponte para o abismo. **In: Cleto, M.; Doria, K.; Jinkings, I. (Orgs). Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise.** São Paulo: Boitempo, 2016.

PAULANI, Leda. **FLC Debates.** [S.l.]: Fundação Lauro Campos, 2017. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hwOmlSX_Btc>. Acesso: 20 out. 2017.

POCHMANN, Márcio. **FLC Debates.** [S.l.]: Fundação Lauro Campos, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XvOTOdVsVxI>>. Acesso: 20 out. 2017.

POCHMANN, Márcio. Debate: **O GOLPE DE 2016.** [São Paulo]: TV Boitempo, 2016. A mesa de abertura do II Salão do Livro Político teve como tema "O impeachment de 1992 e o golpe de 2016" e contou com a presença dos debatedores Alysson Leandro Mascaro, Carina Vitral, Ciro Gomes e Marcio Pochman. A mediação/coordenação foi de Fernando Garcia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=icLJXxJgBv0>>. Acesso: 20 out. 2017.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia.** Círculo do Livro, 1994.

SINGER, André. **FLUXO.** [São Paulo]: Estúdio Fluxo, 2016. Em entrevista gravada na FFLCH-USP, no dia 6 de dezembro, o cientista político, jornalista e professor André Singer trata da atual fase da crise política brasileira à luz de seu mais recente livro. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=gPVgZLonevg>. Acesso em: 10 out. 2017.

VALENTE, Ivan. O colapso da conciliação de classes. In: Maringoni, G.; Medeiros, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.** São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.